

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

A Querela da Imprensa: conflitos regionais e institucionais na construção da história

Richard Romancini¹

Doutorando ECA/USP

Resumo

O artigo discute a emergência de uma série de textos sobre o surgimento da imprensa no Brasil, desde a metade do século XIX até as primeiras décadas do século seguinte. Esta produção é interpretada como, em grande medida, uma expressão de conflitos – que tem na construção da história sua arena – entre grupos/regiões do país. Vista como um “pharol brilhante do progresso”, “uma das mais fortes alavancas da liberdade moderna”, “elemento essencial no mecanismo da civilização hodierna”, a imprensa parece ser utilizada pelos estudiosos como um símbolo das origens da nação e seus destinos. Seria este o “subtexto” do esforço historiográfico que, todavia, não possui continuidade no âmbito em que se inicia (os Institutos Históricos e Geográficos do país). Analisa-se, em mais detalhe, o caso pernambucano, recuperando-se os casos carioca e paulista discutidos em outro texto.

Palavras-chave: Imprensa, História, Regionalismo, Ideologia

Introdução

A porfia querem todos os Estados chamar a prioridade de primeiro estabelecimento typographico brasileiro².

A. Cunha Barbosa (1902, 248)

O que se sabe a respeito da introdução da imprensa no Brasil é muito pouco – e muito confuso.

Wilson Martins (1996, 299)

Este texto dá prosseguimento a trabalho anterior (Romancini, 2004), interpretando o surto de textos sobre o nascimento (implantação) da imprensa no Brasil, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século posterior³, fundamentalmente como produto de

¹ Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP), pesquisador do NUPEM – Núcleo de Pesquisas do Mercado de Trabalho em Comunicações e Artes - ECA/USP. E-mail: richard_romancini@yahoo.com.br.

² Conservamos nas citações a ortografia da época.

³ O conjunto de textos é o seguinte: sobre a imprensa no Rio de Janeiro (Azevedo, 1865), no Maranhão (Marques, 1878 e 1888), em Pernambuco (Pereira, 1883, Costa, 1891), em Minas (Veiga, 1897), no Ceará (Perdigão, 1897), em São Paulo (Toledo, 1898; Freitas, 1914, 1928, 1928a) e, por fim, no Brasil de modo geral (Carvalho, 1908; Fleiuss, 1922).

uma disputa sobre a significação desse evento. O marco analítico é o de uma história/sociologia dos intelectuais brasileiros, por meio do qual se pode perceber que o “subtexto” dos primeiros estudos sobre a imprensa no país tem fortes ingredientes regionalistas – no sentido da valorização de diferentes grupos e regiões – e assume feições políticas, na disputa entre as diferentes versões. Em termos gerais, trata-se da mobilização do relato histórico para uma construção – com os olhos bem atentos no presente – que remete a um certo presente-futuro ideal ou desejado, tanto quanto as versões do passado que são elaboradas.

Pode-se dizer que o objeto “imprensa” é sobretudo utilizado pelos historiadores, então abrigados nos Institutos Históricos e Geográficos do país, como um meio através do qual seria possível estabelecer um indicador de “civilização” – daí, no nosso entender, toda a disputa por primazias. E, “usada” como foi, a imprensa não poderia mesmo gerar uma linha de pesquisa forte e contínua. De fato, ao surto desses textos, não se seguiu uma continuidade, que seria possível esperar, provavelmente num referencial positivista, numa história serial do impresso, por exemplo. Os interesses eram outros, de autovalorização regional e no sentido de construir uma “história nacional” com determinados marcos e interpretações implícitas sobre os destinos do país, como procuraremos mostrar.

Vale dizer que a interpretação que se sugere, em parte, não é nova, como demonstra a epígrafe deste tópico, de um texto de Cunha Barbosa que comenta vários dos estudos aqui mencionados (o autor observa ainda a pretensão dos gaúchos, referindo-se ao historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, que elaborava um trabalho sobre a imprensa no Rio Grande do Sul, destacando a existência da tipografia nas Missões, e Pires de Almeida que era da mesma opinião).

Por outro lado, o avanço interpretativo se dá na análise desses textos à luz do contexto institucional e sócio-histórico da época em que eles foram produzidos. Este contexto é estudado em trabalhos como os de Guimarães (1988), sobre a concepção e a prática historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e de Schwarcz (1993), que analisa o papel dos IHGs espalhados pelas províncias (depois estados) durante o Império e a República, revelando as disputas e pretensões aos quais os textos sobre a imprensa podem, sem dúvida, ser associados.

Não se trata, porém, de mecanicamente deduzir os textos desse contexto, mas de mostrar que existem relações significativas entre eles – que, no nosso entender, reforçam a idéia, para o caso do pioneiro estudo da imprensa, de uma produção com baixa autonomia científica (a despeito da pretensão dos autores, num marco historiográfico iluminista e evolutivo) quanto a demandas políticas⁴. Em outros termos, a análise desses textos revela também as “disputas que se verificavam entre regiões influentes no interior da política imperial e da República Velha” (Schwarcz, 1993, 100), marca da produção dos IHGs.

Os casos do IHGB e do IHGSP

Sem nos estendermos demasiadamente nestes casos, analisados em texto já referido (Romancini, 2004), seria interessante, porém, recuperar os principais pontos sobre a produção dos historiadores do IHGB (Instituto criado em 1838 na Capital do Império) e do IHGSP (Instituto paulista) voltada à imprensa, que apontam para a disputa entre versões históricas construídas sob óticas diversas.

No caso do IHGB, a “concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso”, explica o empenho dos historiadores “na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo” (Guimarães, 1998, § 27). Existe ainda a pretensão de construir uma história nacional, constituindo “uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais” (Schwarcz, 1993, 102), para “produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras” (Guimarães, 1998, § 5). Destes aspectos decorrem, no caso do estudo da imprensa:

1. A ênfase no estudo da imprensa no Rio de Janeiro, vista como “nacional”, e numa perspectiva francamente “oficial”, ou seja, tanto celebrativa dos avanços e progressos da imprensa no país quanto tendente a destacar quase unicamente os escritores e jornalistas do campo das elites – daí a crítica feita por Sodré (1966) a muitos desses textos em sua história da imprensa. É esta perspectiva que explica a adoção do marco de “introdução definitiva” (termo que eliminaria as controvérsias) da imprensa com D. João VI, para efeito da comemoração do centenário da atividade no país, a despeito de certos textos, publicados na própria Revista e livro patrocinado pelo IHGB sustentarem

⁴ Por outro lado, registre-se quanto a esta geração a então inédita preocupação com o rigor documental como aspecto positivo, instaurador de uma nova postura frente à História.

(Carvalho,1908) ou acolherem (Fleius, 1922) a idéia de que houve uma imprensa em Pernambuco em 1706.

2. A centralidade dada à imprensa do Rio implica, na prática (o que é claro no exame da edição especial da Revista do IHGB acerca do centenário da imprensa), em subestimar o que é feito em São Paulo, que, como os próprios textos de Carvalho e Fleius citados afirmam, ocupara um lugar proeminente, no campo da imprensa, no Brasil no início do século XX. Assim, em termos desse obscurecimento dos paulistas, observa-se que a maior parte da Revista do centenário da imprensa (a parte II do volume, os “Annaes da Imprensa Periódica Brasileira”) inventaria a produção de periódicos de uma série de estados do Norte e Nordeste (provavelmente dos Institutos na órbita do IHGB), mas não de São Paulo; quando este estado já tinha feito um trabalho em tudo similar a este, dez anos antes (Toledo, 1898).

Já o grupo paulista do IHGSP, criado num contexto diferente (menos elitista e mais próximo da República – embora contasse também com monarquistas), irá propor um modelo de história no qual São Paulo ocupa um lugar central. “A história de São Paulo é a própria história do Brasil” (*RIHGSP*, 1895, 1) afirma o primeiro número da Revista do grupo. Há inclusive um distanciamento para com o grupo do IHGB, perceptível na “absoluta falta de referências ao estabelecimento carioca, que não aparece sequer arrolado entre as associações com as quais o IHGSP manteria comunicação” (Schwarcz, 1993, 126).

É evidente que tais posturas decorrem de um momento de afirmação econômica de São Paulo, por conseguinte, enquanto o IHGB foi apoiado pela Monarquia e depois pela República (com a qual soube acomodar-se), o IHGSP receberá recursos do estado que o abriga. Por isso, terá a característica principal de elaborar uma historiografia (também de viés evolutivo e iluminista) de teor cívico-paulista, que apresenta argumentos para justificar uma prevalência de São Paulo perante a nação como um todo. É exemplar dessa atitude a releitura da figura do bandeirante, feita no IHGSP, no sentido de elevá-lo à condição de construtor da nação.

Fatores como esse terminam por relacionar a produção do grupo ao que se chama de “ideologia da *paulistanidade*”, ou seja, a justificava de uma “benéfica” hegemonia de São Paulo na Federação, através também da interpretação que se dá ao estudo da História e da Geografia. “Tratava-se”, como nota Schwarcz (1993, 123-4), “de ir buscar no passado

fatos e vultos da história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo”.

Os paulistas sabiam, porém, que a luta no campo da disputa por primazias no estabelecimento da imprensa no país lhes era desfavorável, mas isso não impediu que a construção da história da imprensa de São Paulo buscasse um caráter “nacional” e hegemônico, alicerçado nos seguintes pontos:

1. Principalmente na ênfase no progresso da imprensa paulista, assim, o catálogo de produções periódicas de Afonso de Freitas (1914), o principal historiador da imprensa do IHGSP, possui quase tantas páginas quanto toda a Revista do IHGB (que, como dissemos, minimiza o papel de São Paulo) sobre o centenário da imprensa no Brasil – 814 contra 902. A imprensa paulista é apresentada, pois, como “indiscutivelmente a mais desenvolvida de todas as das outras circunscrições brasileiras, apresenta todas as características do mais adiantado jornalismo e amplamente satisfeitas as necessidades e as exigências da sociedade moderna em que o progresso da civilização transformou o velho e lendário domínio dos bandeirantes” (Freitas, 1914, 341).
2. Freitas (1914) elabora uma tortuosa narrativa (que será seguida pelos historiadores locais posteriormente) do surgimento da imprensa em São Paulo, na qual *o marco é o surgimento de um jornal manuscrito*, em 1823, a partir da “ingratidão” do poder central ao protelar o envio de uma tipografia à província, a despeito da ação “decisiva” dos paulistas na Independência. O que essa narrativa, logo articulada ao progresso da imprensa de São Paulo, procura significar é a capacidade, tenacidade e liderança paulista. O passado difícil era glorificado, manejado de modo a estruturar uma teleologia ligada à liderança paulista, na qual o que tinha sido feito trazia os germes do futuro grandioso.

A construção história pernambucana, analisada a seguir, vai numa direção contrária, ao enfatizar mais o passado, como veremos.

O IAGP e as “glórias da prioridade”

Quem estuda e observa attentamente os grandes acontecimentos de 1630 a 1654, reconhece que, sem o esforço maravilhoso desses heróis legendários que foram nossos progenitores, o Brazil, do Amazonas ao cabo de S. Maria, teria sucumbido a espada do vencedor. Então pergunta a si mesmo, no silencio do seu gabinete, com o desafogo natural e sympathico ás suas tendencias de nacionalidade: onde estaria a physionomia moral deste vasto Imperio, tão alterada nessa historia ministerial, tão depurada nas suas crenças religiosas e politicas, nas suas tradições populares, nas suas dores comparadas, se não fosse Pernambuco?

Para se escrever a historia do Brazil, é necessario primeiro escrever a historia desta nobre provincia, porque foi ella quem deu a nacionalidade de que tanto se orgulham os brasileiros.

Maximiano Lopes Machado (1886, 119)

Escrever a história da “nobre província” de Pernambuco, como prelúdio à “história nacional”, com efeito, foi o grande projeto do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – IAGP (que, apesar do nome, seguia o modelo do IHGB, sendo o segundo Instituto do gênero criado no país, em 1862, e pouco produzindo em termos especificamente arqueológicos). Segundo Schwarcz (1993, 118), o IAGP “respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina”, num momento em que a economia do Norte perdia importância face à do Sul e, portanto, começava a ocorrer um desequilíbrio regional em termos econômicos e políticos, já durante o Império.

Daí que se interprete também o papel do IAGP como de “preservar o passado como um escudo contra um futuro incerto” (Levine *apud* Schwarcz, 1993, 118) – o que contrasta evidentemente com o caso paulista. Dessa forma, explica-se a forte ênfase na história regional (83% dos textos históricos da Revista do IAGP são sobre Pernambuco, conforme contabilizou Schwarcz, 1993, 120). E a história via IAGP privilegia principalmente a questão da invasão holandesa e a “valente e patriótica” atitude pernambucana ao combater e expulsar os holandeses. “O evento é assim transformado em uma espécie de mito de formação da identidade pernambucana” (Schwarcz, 1993, 121) que, como se nota na epígrafe desse tópico, procura articular-se a uma mais ampla formação, devida aos pernambucanos, da “nacionalidade brasileira”. Assim, “os diferentes temas da história nacional só pareciam ter sentido quando interligados a um enfoque local” (idem). É com frequência, pois, que textos do grupo pretendem explicitar “prioridades” pernambucanas a respeito de temas centrais para o país, como o ideal republicano (a partir da revolução de 1817) e o abolicionismo.

Na direção das preocupações do grupo, seguem os textos sobre a imprensa publicados na Revista do IAGP. Desse modo, José Higino Duarte Pereira publica, em 1883, um texto no qual contesta a existência da imprensa (que seria a primeira do Brasil) durante o domínio holandês em Pernambuco e desfaz o equívoco de considerar como prova de uma tipografia um documento que trazia como locais de impressão Recife e Maranhão e o ano de 1647. Em verdade, o texto de Pereira é uma “Advertência” à tradução que faz deste texto (cujo título em português é “A Bolsa no Brasil”), de interesse para a história do período holandês em Pernambuco. Tratava-se, porém, como Pereira demonstra, de uma imprensa propositalmente falsa. Ademais, como o autor observa, seria difícil que uma efetiva introdução da imprensa durante o período de Maurício de Nassau não fosse comemorada e registrada pelos admiradores desse governante e do período de colonização flamenga.

Em 1891, artigo do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa concorda com os argumentos de Duarte Pereira sobre a inexistência da tipografia em Pernambuco no século XVII. (A despeito do estatuto de verdade da análise, ressalte-se sua conveniência: se os membros do IAGP eram majoritariamente, como afirma Schwarcz, [1993, 125], do “partido da ordem” e unidos pelo culto da restauração do domínio flamengo, a falta da imprensa no período holandês não seria negativa para a identidade que o grupo gostaria de projetar.) Porém, é Pereira da Costa que irá consolidar a idéia que a “prioridade” da imprensa no Brasil ainda pertence à província nordestina:

Desfeita pela luz da critica a suposição da existencia da imprensa em Pernambuco no tempo da dominação hollandeza, em meados do seculo XVII, *mesmo assim, cabe ainda a Pernambuco a prioridade da posse da typographia no Brazil.*

Effetivamente, em 1706, ou pouco antes, como refere Antonio Joaquim de Mello em suas *Biographias*, estabeleceu-se uma typographia no Recife, que começou por imprimir letras de cambio e breves orações devotas, mais tendo a Ordem Regia de 8 de julho do mesmo ano ordenado ao Governador de Pernambuco que mandasse seqüestrar as lettras impressas, e notificar os donos dellas e officiaes da typographia – “que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros, nem papeis alguns avulsos” – a typographia desapareceu. (Costa, 1891, 26, grifo nosso)

Essa versão é aceita e repetida por Alfredo de Carvalho, historiador pernambucano que se liga ao IHGB, o que garantiria maior repercussão a essa idéia (a partir daí é mais comum a remissão a Carvalho do que a Pereira da Costa, quanto a este tema). Com efeito, Carvalho faria o texto da introdução da Revista do IHGB sobre o centenário da imprensa no Brasil (Carvalho, 1908), no qual, além de trazer novos dados empíricos a respeito da inexistência de uma tipografia em Pernambuco em operação durante o período de dominação holandesa

(houve a tentativa, mas sem sucesso), fala sobre a efêmera imprensa pernambucana de 1706. (Ademais, ele organizaria o catálogo dos periódicos pernambucanos que são inseridos na segunda parte desta edição.)

A crítica de Wilson Martins (1957/1996) a essa versão decorre da dúvida a respeito da “prova negativa” representada pela ordem régia de *8 de julho de 1706* (não se conhece até hoje nenhum impresso dessa oficina⁵). Martins acredita que tenha ocorrido uma confusão de datas e documentos, pois embora não tenha se tenha localizado até hoje um documento como o mencionado sobre a imprensa de 1706, existe efetivamente uma carta-régia de *6 de julho de 1747*⁶, “praticamente com a mesma redação” (Martins, 1996, 302) da citada por Pereira da Costa e Carvalho⁷. No entanto, *o documento a que Martins se refere é conhecido por Alfredo de Carvalho* (bem como por Pereira da Costa), que o menciona no seu texto sobre a imprensa brasileira (Carvalho, 1908, 19). Porém (Martins tem razão ao falar do aspecto confuso da situação!) tanto Pereira da Costa quanto Carvalho⁸ afirmam que a ordem régia foi endereçada ao “governador de Pernambuco D. Marcos de Noronha” – enquanto o texto da ordem de 1747 (ao menos do documento reproduzido na Revista do IHGB), dirige-se ao “governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro”. Ou seriam duas (ou mais, talvez uma para cada governador de capitania) ordens – de texto,

⁵ Ainda que, conforme Lima (1997, 51), o “Padre Serafim Leite (1953) [tenha] declara[do] possuir alguns itens de efêmera produzidos no Recife por uma oficina gráfica. Essa oficina teria sido dirigida, de 1703 a 1706, pelo padre jesuíta Antonio da Costa. Nesse período teriam sido impressas letras de câmbio, orações devotas e estampas religiosas. Infelizmente, Serafim Leite parece ter perdido todos os itens de sua coleção e, até o presente, não achou algo que pudesse corroborar sua declaração sobre matéria tão controvertida (Barata, 1974; Hallewell, 1985)”.

⁶ Este documento (“Proibição do uso da imprensa no Brasil nos tempos coloniaes”) é reproduzido na Revista do IHGB, no vol. 47, 1884, pp. 167-168.

⁷ Em defesa da versão de Alfredo de Carvalho, contra a crítica de Wilson Martins, Marques de Melo (1973) afirma que a fonte (não especificada, segundo Martins) de Carvalho foi “o pernambucano Pereira da Costa, que selecionou e catalogou os mais importantes documentos existentes nos arquivos públicos de Pernambuco, muitos deles vindo a constituir o atual acervo do Arquivo Público Estadual, entre os quais *estaria* a carta-régia de 8 de julho de 1706, dirigida ao governador Francisco de Castro Morais” (Marques de Melo, 1973, 97, grifo nosso), o teor hipotético do verbo (“estaria”) explica então porque os *Anais Pernambucanos*, obra histórica póstuma em vários volumes sobre Pernambuco, de Pereira da Costa, menciona a existência do texto, mas não reproduz de modo integral o documento. Ou seja, não existe uma “prova negativa” totalmente válida (já que ele mesmo pode ter se equivocado), no nosso entender, concordando com Martins. A despeito de que tal documento ainda possa ser descoberto. O modo como Pereira da Costa refere-se à ordem régia, nos *Anais Pernambucanos*, é similar ao tom de seu artigo na Revista do IAGP, como se pode notar: “JULHO 8 – Carta régia dirigida ao governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, ordenando-lhe que mandasse seqüestrar as letras impressas e notificar os donos e oficiais de uma tipografia estabelecida na povoação do Recife, – que não imprimissem, e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma tipografia, – que assim desapareceu. Estabelecida neste ano ou pouco antes, começara os seus trabalhos imprimindo apenas letras comerciais e breves orações devotas. *Cabem assim a Pernambuco as glórias da prioridade do estabelecimento da imprensa no Brasil!*” (Costa, 1953, 92, grifo nosso).

⁸ E depois Fleiuss (1922, 1551), seguindo Pereira da Costa.

sem falar na data coincidente, extraordinariamente similar? De qualquer forma, Carvalho interpreta – de modo ao que tudo indica correto – esse documento como aludindo à imprensa efetivamente criada no Rio de Janeiro por Antonio Isidoro da Fonseca e não a uma outra tentativa pernambucana.

Tem-se, pois, o seguinte universo de possíveis a respeito da tipografia pernambucana do início do século XVIII: 1. tratou-se de inserir Pernambuco (por equívoco ou erro intencional) na história brasileira, no campo da imprensa, de modo pioneiro, ainda que modesto, 2. a hipótese dessa imprensa de 1706 ainda será comprovada pela descoberta/divulgação de algum de seus impressos ou da ordem régia de 8 de julho de 1706. De qualquer forma – o interesse de nosso texto não é comprovar esta pretensão ou não – o que importa destacar é o fato de que, como se disse, a suposta imprensa de 1706 permitiu a inserção de Pernambuco numa “história nacional”, em termos de outra “prioridade”. Mas não só este aspecto teve utilidade para realçar o papel de Pernambuco nesta construção histórica.

O texto de Carvalho (1908) após a descrição das realizações da imprensa no Rio (com a “introdução definitiva” por meio da Imprensa Régia) e na Bahia, volta-se novamente a Pernambuco que, segundo o autor diz, citando Capistrano de Abreu: “foi o lugar em que primeiro abrolhou a flor literária em nossa Patria” (*in* Carvalho, 1908, 5). E rememora o papel da imprensa no movimento revolucionário de 1817 (outro marco para o IAGP de uma “vanguarda pernambucana”, pioneira quanto ao ideal republicano), destacando, por fim, o fato de que o estado teria sido o “fóco de onde irradiou a cultura por todo o Brazil oriental, [e] derramou-se também a imprensa pelas províncias visinhas” (*idem*, 55).

Assim, o que se nota é que, se São Paulo, por meio de sua historiografia da imprensa, procurou engendrar um imperialismo nacional, Pernambuco teve pretensões “regionalistas” mais modestas, projetando, também em sua apropriação do objeto “imprensa”, uma hegemonia local, que “tendia a legitimar elites decadentes, que destacavam um passado glorioso mas viviam um presente bastante tedioso” (Schwarcz, 1993, 136).

Conclusão

A “história da história” tem, no mínimo, o importante potencial de desvelar certas atitudes, ideologias em ato, matrizes de pensamento típicas de um período, que se entrelaçam na construção de uma História na qual, por conseguinte, imiscuem-se determinadas preocupações do momento em que vive o autor do relato.

O passado apresenta um estoque de referências (registro de fatos, documentos, materiais físicos etc.) que podem ser mobilizadas a fim de constituir determinados marcos de memória/história. Trata-se, na elaboração da história, sempre de uma apropriação seletiva desse repertório. Ainda que, como observe Enne, seguindo Appadurai, o universo simbólico ao qual se pode apelar não seja ilimitado, mesmo assim, o “passado fornece um universo de significados que são disputados conflitivamente, não existindo, portanto, uma harmonia de versões” (Enne, 2004, 2). De outro lado, e ajudando a tornar mais clara a lógica das diferenças entre as versões, o significado da história remete tanto ao presente quanto à “construção de futuros possíveis. Assim, é no presente que a construção do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que responda às aspirações deste presente” (Enne, 2004, 4).

Os textos sobre a imprensa dos IHGs foram, pois, marcados pela questão mais geral de “criar uma história brasileira, ou melhor, dar um passado ao país” e, em termos específicos, cada Instituto ao seu modo procurou “generalizar histórias de certos grupos regionais influentes” (Schwarcz, 1993, 136), buscando no passado símbolos que respondessem a suas necessidades e projetos, nos termos apontados.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. 1865. Origens e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. *RIHGB*, Tomo 28, Rio de Janeiro, pp. 169-224.
- BARBOSA, A. da Cunha. 1902. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. *RIHGB*, Tomo LXIII, Rio de Janeiro, pp. 239-262.
- CARVALHO, Alfredo de. 1908. Genese e progresso da imprensa periódica no Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, pp. 3-71.

- COSTA, F. A. Pereira da. 1953. *Anais Pernambucanos*. Recife, Arquivo Público Estadual, vol. V.
- _____. 1891. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. *RIAGP*, Recife, Tomo 39, pp. 25-41.
- ENNE, Ana Lucia S. 2004. Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, CD, Florianópolis.
- FLEIUSS, Max. 1922. A imprensa no Brasil. In: *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, vol. 2, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pp. 1550-1585.
- FREITAS, Affonso A. de. 1914. A imprensa periódica de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, vol. XIX, pp. 321-1136.
- _____. 1928. O primeiro centenário da fundação da imprensa paulista. *RIHGSP*, São Paulo, vol. XXV, pp. 5-42.
- _____. de.. 1928a. Notas à margem do estudo “A imprensa periódica”. *RIHGSP*, São Paulo, vol. XXV, pp. 445-490.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27. Disponível em www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf.
- LIMA, Guilherme Cunha. 1997. O nascimento da imprensa no Brasil. In: *O gráfico amador: as origens da moderna tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- MACHADO, Maximiano Lopes. 1886. “Discurso” [sem título]. *RIAGP*, Recife, Sessão Especial de 9 de maio de 1886, junho 1886, pp. 111-127.
- MARQUES, César Augusto. 1888. História da imprensa do Maranhão [segunda parte]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo LI, pp. 167-220.
- _____. 1878. História da imprensa em Maranhão [primeira parte]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XLI, pp. 129-225.
- MARQUES DE MELO, José. 1973. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, Wilson. 1996 (1ª. Ed.: 1957). *A palavra escrita*. São Paulo, Ática, 2ª. ed.
- PERDIGÃO, João Baptista de Oliveira. 1897. A imprensa do Ceará. *RIHGCE*, Fortaleza, 2º. Trimestre.
- PEREIRA, José Higino Duarte. 1883. Advertencia. *RIAGP*, Recife, n. 28, pp. 121-126.
- ROMANCINI, Richard. 2004. Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre o jornalismo. *Revista PJ:Br – Jornalismo Brasileiro*. São Paulo, ECA/USP, v. 3, n. 3. Disponível em www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaio3_a.htm.

SCHWARZC, Lilia Moritz. 1993. Os Institutos Históricos e Geográficos: “guardiões da história oficial”. In: *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 99-140.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1966. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

TOLEDO, Lafayette de. 1898. Imprensa paulista. *RIHGSP*, São Paulo, vol. III, pp. 303-521.

VEIGA, J. P. Xavier da, 1897. A imprensa em Minas Geraes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, junho.